



Número: **1069233-16.2021.4.01.3800**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **4ª Vara Federal Cível e Agrária da SSJ de Belo Horizonte**

Última distribuição : **05/10/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **1024354-89.2019.4.01.3800**

Assuntos: **Poluição, Mariana**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FUNDACAO RENOVA (REQUERENTE)		ELISA SILVA DE ASSIS RIBEIRO (ADVOGADO)	
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF (REQUERIDO)			
UNIÃO FEDERAL (EXECUTADO)			
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA (REQUERIDO)			
SAMARCO MINERACAO S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL (REQUERIDO)			
VALE S.A. (REQUERIDO)			
BHP BILLITON BRASIL LTDA. (REQUERIDO)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13095 22847	22/11/2022 17:31	221122 - Manifestação - Fundação Renova	Petição intercorrente

**EXMO. SR. JUIZ DA 4ª VARA FEDERAL CÍVEL E AGRÁRIA DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE BELO HORIZONTE**

Autos nº 1069233-16.2021.4.01.3800

FUNDAÇÃO RENOVA, já qualificada nos autos do Incidente de Divergência em epígrafe, vem, respeitosamente, por seus procuradores, manifestar-se acerca da petição apresentada em 03/05/2022 pelo Comitê Interfederativo (CIF) – IAJ, IBAMA, ICMBio, ANM, FUNAI e ANA (ID 1055682249), representados pela Advocacia-Geral da União (AGU), pelos fundamentos expostos a seguir.¹

**I. SÍNTESE DA RESPOSTA APRESENTADA PELO COMITÊ
INTERFEDERATIVO - CIF**

Como se verifica da petição de ID 1055682249, a AGU tenta rebater os argumentos contidos na Petição Inicial sob o fundamento de que a Cláusula 110 do TTAC seria expressa quanto ao termo que deveria ter sido cumprido pela Fundação Renova para o Programa de Apoio à Saúde (36 meses a partir da assinatura do TTAC), não tendo ocorrido um termo inicial distinto de tal data (ou mesmo sua postergação).

Dessa forma, afirma que teria ocorrido o descumprimento de prazo e obrigações por parte da Fundação Renova, visto que os estudos previstos na Cláusula 111 do

¹ Ressalte-se que não houve expediente forense na Subseção Judiciária de Belo Horizonte nos dias 31/10 (comemoração do Dia do Servidor Público - Portaria PRESI 76/2022), 1º/11 e 2/11 (feriado de Finados – art. 62, IV, da Lei 5.010/66), e 15/11/2022 (feriado da Proclamação da República - Lei Federal nº 10.607/02) - Doc. 01.

www.ayresribeiro.com.br

São Paulo

RUA TENERIFE, 31 - 1º ANDAR
VILA OLÍMPIA - SÃO PAULO - SP
CEP 04.548-040
TEL + 55 11 3995.5190
FAX + 55 11 3995.5191

Belo Horizonte

AV. GETÚLIO VARGAS, 258 - 14º ANDAR
FUNCIONÁRIOS - BELO HORIZONTE - MG
CEP 30.112-020
TEL + 55 31 3254.3600
FAX + 55 31 3254.3636





TTAC não seriam requisitos para o cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 109 (que fundamenta as Deliberações objetos do presente incidente), visto que a vigência do programa seria imediata à assinatura do TTAC.

A AGU cita, ainda, os fundamentos contidos nas Notas Técnicas nº 47/20 e nº 50/21 da CT-Saúde já refutados na Petição Inicial, e que, quanto a cada um dos Planos de Ação em Saúde em específico, os argumentos contidos na Inicial já teriam sido afastados em sede de avaliação administrativa (Notas Técnicas nº 30/20, nº 43/20 e nº 44/20).

As razões apresentadas pela AGU não merecem prevalecer no presente caso, visto que as obrigações estabelecidas na Cláusula 109 não possuem autonomia em relação aos estudos previstos na Cláusula 111, razão pela qual deve ser reconhecida a nulidade das Deliberações CIF nºs 434, 435, 436, 452 e 492, que tratam dos Planos de Ação em Saúde apresentados pelos Municípios de Belo Oriente/MG, Rio Doce/MG e de Mariana/MG.

II. IMPOSSIBILIDADE DE APROVAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO EM SAÚDE ANTES DA CONCLUSÃO DO ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO E TOXICOLÓGICO PREVISTO PELA CLÁUSULA 111 DO TTAC

Embora a AGU argumente que a execução dos Planos de Ação em Saúde não estaria subordinada à conclusão dos estudos previstos na Cláusula 111 do TTAC, a Cláusula que rege os referidos estudos (Cláusula 109) foi prevista na mesma Subseção que previu a realização dos referidos estudos, razão pela qual a argumentação de que se trataria de obrigações autônomas **não se sustenta**.

É necessário reiterar que o TTAC estabelece que a elaboração e a execução dos programas socioeconômicos **deverão observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis** (Cláusula 5, inciso II). Foi estabelecido, também que os





projetos, atividades, ações e medidas **sejam definidas conforme estudo de avaliação dos impactos decorrentes do Rompimento**, de forma que contenham **fundamentação científica**, quando cabível, e guardem relação de proporcionalidade e eficiência voltadas à remediação e/ou compensação dos impactos materializados (Cláusula 6, inciso II).

Todavia, por meio das Deliberações nº 434, 435 e 436, o CIF ignorou a necessidade de prévia conclusão do Estudo Epidemiológico e Toxicológico nas áreas atingidas, partindo do pressuposto de que os dados coletados em oficinas e seminários, a partir da mera percepção da população, seriam suficientes ao desenvolvimento dos Planos de Ação em Saúde, ignorando a necessidade de realização dos estudos técnicos que devem ser realizados para balizar a elaboração dos Planos.

Dessa forma, a aprovação dos Planos de Ação em Saúde ora discutidos, que foram elaborados com base unicamente em tais oitivas, como pode ser verificado nas Notas Técnicas nº 30/2020, 43/2020 e 44/2020 da CT-Saúde, violam o previsto na já mencionada Cláusula 06, inciso II, do TTAC, assim como nas Cláusulas que regulam o Programa de Saúde Física e Mental, visto não ser possível aferir a correlação entre as ações previstas e os impactos advindos do Rompimento.

Acrescenta-se que, tendo em vista que as ações previstas nos Planos não estão baseadas nos estudos técnicos necessários, seria impossível à Fundação Renova realizar a compatibilização técnica entre o orçamento e as referidas ações, sendo, da mesma forma, impossível realizar a compatibilização jurídica e planejamento financeiro e orçamentário dos Planos, visto terem sido elaborados em completo desacordo com o previsto no TTAC.

Conclui-se, assim, que os Planos de Ação em Saúde não são obrigações autônomas, visto que deveriam ter por base o Estudo Epidemiológico e Toxicológico atualmente previsto no âmbito do Eixo Prioritário nº 2, o que





possibilitaria avaliar, com a adequação técnica necessária, se as medidas propostas nos planos de ação devem de fato ser desenvolvidas pela Fundação Renova.

III. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS QUANTO AO CONTEÚDO DOS PLANOS APROVADOS

Verifica-se da resposta apresentada que, especificamente quanto aos questionamentos trazidos pela Fundação Renova sobre o conteúdo dos Planos de Ação em Saúde aprovados, a AGU limita-se a argumentar que: *As razões externadas pela Renova em seu incidente já foram afastadas claramente em cada uma das avaliações administrativas*, e a fazer simples transcrição das conclusões contidas nas Notas Técnicas da CT-Saúde que aprovaram os Planos de Ação em Saúde ora impugnados (nº 30/20, nº 43/20 e nº 44/20).

Ou seja, a AGU deixou de impugnar de forma especificada os diversos (e relevantes) questionamentos trazidos pela Fundação Renova quanto ao conteúdo dos planos aprovados (conforme item 4.3 da Petição Inicial), especialmente que:

- (1) Os Planos Municipais de Belo Oriente/MG e Rio Doce/MG não apresentam evidências ou subsídios técnicos que pudessem demonstrar a correlação entre os alegados impactos à saúde e o Rompimento e não possuem sustentação técnico-científica quanto à existência de impactos à saúde correlacionados ao Rompimento, tampouco detalhamento de como a capacidade de resposta dos Municípios às demandas nestas áreas estariam sendo sobrecarregadas, considerando-se os fluxos, protocolos de atendimento e prestação de serviços inerentes à responsabilidade do poder público;





(2) Já existe acordo judicialmente homologado pelo MM. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana/MG nos autos da ação civil pública nº 0039564-83.2018.8.13.0400, o qual prevê obrigações específicas da Fundação Renova e da Secretaria de Saúde do Município de Mariana/MG com relação às ações em saúde naquela localidade, assim como respectivo Plano de Trabalho (ID 762187947).² Dessa forma, qualquer modificação nos termos do Plano de Ação em Saúde do Município de Mariana deve ser devidamente fundamentada, debatida e acordada com a Fundação Renova e demais partes signatárias do referido acordo e, por fim, submetida à aprovação do Juízo competente, **o que não ocorreu no presente caso;**

(3) O Plano de Ação em Saúde do Município de Mariana aprovado pela Deliberação CIF nº 436 também não possui sustentação técnico-científica quanto à existência de impactos à saúde correlacionados ao Rompimento.

Dessa forma, diante da ausência de impugnação específica aos fatos anteriormente narrados, conclui-se que eles se tornaram incontroversos, conforme disposto no art. 341 c/c art. 374, III, do CPC, o que dispensaria, até mesmo a produção de prova para fundamentá-los.

² Ressalte-se que, em decorrência do referido acordo, a Fundação Renova atualmente financia a contratação de médicos para a equipe de Saúde da Família, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeuta, odontólogo, terapeutas ocupacionais, psicólogos e psiquiatra que atuam nos departamentos de Atenção Primária e Saúde Mental e, para o apoio logístico, com transporte de pacientes e realização de visitas domiciliares, disponibiliza 5 veículos para a Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, a Fundação reformou e ampliou o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij) e a Unidade de Saúde de Ponte do Gama, e alugou e estruturou o espaço para a atuação da equipe de Saúde Mental do Conviver.





Ressalte-se que o ônus de impugnação específica dos fatos previsto no art. 341 do CPC é igualmente aplicável à réplica, sendo, por analogia, também atribuído ao autor da ação o encargo de rejeitar, precisa e especificamente, cada um dos fatos novos alegados pelo réu na contestação, sob pena de se tornarem incontroversos e de presunção relativa de veracidade³, o que confia será reconhecido por esse MM. Juízo.

IV. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO, PELO CIF, DE OBRIGAÇÕES QUE EXTRAPOLEM AO PREVISTO NO TTAC OU QUE ABORDEM QUESTÕES QUE JÁ SÃO OBJETO DE EIXOS PRIORITÁRIOS

Além disso, constata-se que as Deliberações do CIF ora discutidas esbarram e tentam esvaziar o Eixo Prioritário nº 2, pois ignoram a necessidade de conclusão, por meio de uma metodologia e padrões científicos claros e reconhecidos, dos estudos epidemiológico e toxicológico nas áreas atingidas.

Nesse ponto, impõe-se ressaltar que o CIF e suas deliberações têm um caráter auxiliar às discussões e ações propostas nos eixos prioritários e nas demandas correlatas e, assim, não podem ignorar ou ultrapassar sua competência ou se sobrepor às conclusões, ou ainda ausência de conclusões, de perícias e estudos técnicos.

Todavia, ao possibilitar a aprovação dos Planos de Ação em Saúde elaborados pelos municípios **independentemente da conclusão do Estudo Epidemiológico e Toxicológico**, o CIF atuou em manifesto desacordo ao previsto na Cláusula 111 do TTAC e em extrapolação às atribuições a ele definidas no referido acordo.

³ REDONDO, Bruno Garcia. *Réplica, tréplica e quadrúplica: institutos relevantes indevidamente desprestigiados*. Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP), Rio de Janeiro, ano 7, v. XI, p. 37-39, 2013.





As Deliberações em comento extrapolam os limites de atuação e da competência do CIF e afrontam diretamente as prerrogativas/direitos da Fundação Renova e suas mantenedoras, uma vez que, mesmo que agindo dentro de sua competência ao aprovar os referidos Planos, acaba por impor à Fundação Renova obrigações que não estão dotadas do rigor técnico e científico necessário, o que está completamente fora de sua competência institucional.

Por fim, mesmo que se admitisse que o cumprimento da Cláusula 110 do TTAC pudesse ser imediatamente exigido pelo CIF, deve ser reiterado que a competência do Comitê quanto ao presente assunto foi alterada diante da dinâmica de trabalhos estabelecida com a instauração do Eixo Prioritário nº 2 – Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico.

Ressalte-se que as matérias objeto do referido Eixo foram excluídas do fluxo normal estabelecido no TTAC e TAC Governança, passando o CIF a ter papel meramente técnico-opinativo para os temas judicializados, conforme fundamentação abaixo transcrita:

O que se buscou com a realização das sucessivas audiências judiciais e, conseqüentemente, a apresentação em juízo dos eixos prioritários foi exatamente a adoção de uma nova dinâmica decisória, um rito judicial específico, emergencial, célere, com o destacamento e retirada dos referidos eixos do fluxo normal do Sistema CIF para que tivessem tratamento direto e imediato na instância judicial.

Portanto, para esses eixos prioritários (que foram definidos, de forma conjunta, por todas as partes), retirados do fluxo normal estabelecido no TTAC e TAC-Gov, cumprirá ao Sistema CIF se adequar para cumprir os prazos judiciais fixados e colaborar com a instrução processual, permitindo a agilidade e qualidade do processo decisório judicial.

Todas as deliberações finais (inclusive as meramente homologatórias) são de competência/atribuição exclusiva deste juízo federal, cabendo ao Sistema CIF





– quanto aos eixos prioritários que foram destacados na audiência – tão somente a manifestação/deliberação de caráter técnico-opinativa, com as considerações (fáticas e jurídicas) que entender pertinentes sobre os estudos, avaliações, projetos, relatórios, cronogramas, propostas, conclusões, planos de ação e planos de execução apresentados pela FUNDAÇÃO RENOVA.

As manifestações/deliberações do Sistema CIF quanto aos estudos, avaliações, relatórios, projetos, cronogramas, propostas, conclusões, planos de ação e planos de execução apresentados pela FUNDAÇÃO RENOVA que digam respeito aos eixos prioritários, ora sob controle e supervisão judicial, devem ser endereçados a este juízo federal para fins de deliberação/homologação. (g.n.)

Portanto, estando comprovado que as Deliberações ora discutidas foram proferidas em desrespeito ao previsto no TTAC, tendo o CIF extrapolado as atribuições a ele concedidas no acordo, sendo certo, ainda, que o tema ora discutido se relaciona diretamente ao Eixo Prioritário, o que demonstra que as sanções aplicadas desrespeitaram o fluxo judicial estabelecido por esse Juízo, deve ser declarada a sua nulidade, o que desde já se requer.

V. PEDIDOS

Diante do exposto, a Fundação Renova reitera o pedido de **tutela provisória de urgência de natureza cautelar** em caráter incidental formulado por meio da petição de ID 1299534853, e requer que sejam afastadas as alegações suscitadas pela AGU em sua resposta, sendo reconhecida a nulidade das Deliberações CIF nº 434, 435, 436, 452 e 492, assim como de eventuais atos delas derivados que venham a ser proferidos.

Nesses termos, pede deferimento.





Belo Horizonte, 22 de novembro de 2022.

Elisa Silva de Assis Ribeiro
OAB/MG 58.749

Júlio Moreira Gomes
OAB/MG 151.871

